

USO DA HORTA ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA GUILHERME CALHEIROS, FLEXEIRAS/AL: um espaço pedagógico

SILVA, Claudionor de Oliveira¹; ROCHA, Meraldo Correia da²; FERREIRA, Maria Helena Santos³

RESUMO: O projeto teve o objetivo de ampliar o uso da horta escolar como um espaço pedagógico para práticas de educação ambiental. Os Materiais e Métodos utilizados para execução do trabalho foram pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, realizado dentro dos princípios da pesquisa-ação. São apresentados alguns caminhos possíveis para ampliar o uso da horta escolar, baseado nos princípios da agroecologia envolvendo a comunidade escolar, compreendendo que o espaço dedicado para a educação ambiental deve proporcionar a comunidade escolar um ambiente agradável. Os resultados da pesquisa mostram que a horta é um espaço que além de produzir alimentos, deve “preocupar-se”: com a proteção do meio ambiente; com o uso do espaço como pedagógico e com a formação dos profissionais da educação.

Palavras-chave: EAee. Horta escolar. Agroecologia. Espaço pedagógico.

USE OF GARDEN SCHOOL IN SCHOOL HALL OF BASIC EDUCATION GUILHERME CALHEIROS, FLEXEIRAS/AL: A pedagogical space

ABSTRACT: Work has the aim of increasing the use of school vegetable garden as a teaching space for environmental education practices. The materials and methods used for performing the work were bibliographical research and fieldwork, carried out within the principles of action research. Are presented a few possible ways to expand the use of the school garden, based on the principles of Agroecology involving the school community, comprising the space dedicated to environmental education must provide the school community a pleasant environment. The results of the survey show that the garden is a space that besides producing food, should "worry": with the protection of the environment; with the use of space as a pedagogical and training of education professionals.

Keywords: EAee. School garden. Agroecology. Pedagogical space.

¹Mestre em Recursos Hídricos e Saneamento, Professor da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. E-mail: geografia.gestao@hotmail.com.

²Especialista em Educação Ambiental – SENAC. Gerência de Núcleo da APA - IMA/AL. E-mail: meraldorocha@hotmail.com.

³Bióloga e Especialista em Educação Ambiental, micropolítica e gestão em saúde. Escola Municipal Guilherme Calheiros, Flexeiras-Alagoas. E-mail: helenawil@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Esse estudo aborda a educação ambiental no espaço escolar (doravante Eae), a qual acontece em seus vários espaços pedagógicos, contribuindo assim para a reflexão de questões referentes não só ao meio ambiente como também de cidadania. Viver Eae nestes espaços, propicia às crianças e aos jovens experiências com situações do seu cotidiano vindo de uma vivência escolar ampliada, o que aumenta as chances de termos indivíduos de fato comprometidos em promover um ambiente saudável e ainda trabalhar as características desta educação nos seus aspectos transversal e interdisciplinar. Cultivar espaços como o da horta escolar, recheado de elementos e vivência afetiva, como também um espaço pedagógico é além de saudável, ético como percebe Paulo Freire: “O clima de respeito que nasce de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico” (FREIRE, 1999, p.103).

Ampliar o uso da horta escolar como um espaço pedagógico para práticas de educação ambiental é o objetivo deste trabalho, além de elaborar um programa nutricional para a comunidade escolar; produzir alimentos de forma sustentável e capacitar os profissionais da educação da Escola Municipal de Educação Básica Guilherme Calheiros.

O espaço dedicado para a educação ambiental deve proporcionar a comunidade escolar um ambiente agradável, rico de experiência para que ela venha descobrir no processo de plantar/cultivar/preservar a gama de relações de vida existentes e uma maior compreensão de meio ambiente. A horta deve ser um espaço que além de produzir alimentos, deve considerar a educação continuada dos profissionais da educação.

Caminho Metodológico

O trabalho foi realizado dentro dos princípios da pesquisa-ação, foram utilizados como métodos a pesquisa bibliográfica e de campo, valendo-se de questionários, entrevistas, além de reuniões de trabalho onde foram discutidos e planejados cada passo e as etapas seguintes.

O processo foi dividido em dois momentos: o da coleta de dados, da observação dos espaços e seus usos, dentro dos limites da escola. Em seguida foi o momento dos registros e análise dos dados e o planejamento dos passos seguintes, no intuito de ampliar o uso da horta escolar como um espaço pedagógico para praticas de educação ambiental.

A pesquisa-ação foi escolhida por ser uma metodologia muito utilizada em

projetos de pesquisa educacional. Segundo Thiollent (2002, p. 75 apud VAZQUEZ e TONUZ, 2006, p.2), “com a orientação metodológica da pesquisa-ação, os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico”, o que promoveria condições para ações e transformações de situações dentro da própria escola.

Kemmis e Mc Taggart ampliam esta maneira de interpretar o conceito de pesquisa-ação com as seguintes palavras:

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa... (KEMMIS e MCTAGGART, 1988, apud ELIA E SAMPAIO, 2001, p.248).

Em ambas as etapas, sempre se tomou o cuidado de envolver a comunidade escolar na feitura do trabalho, no foco do sentimento de pertence. Esta estratégia metodológica buscou o maior engajamento dos atores na busca do propósito de se implantar realmente na horta escolar um espaço pedagógico e que os produtos da horta fossem motivadores de uma mudança comportamental, tanto com relação ao consumo dos alimentos e à saúde, quanto com relação à ampliação do entendimento do que vem a ser educação ambiental.

A primeira etapa do trabalho foi motivada pela percepção da professora de educação ambiental da escola depois dela ter realizado diálogos com a comunidade escolar e sentir o desejo de rever e ampliar o uso do espaço da horta escolar. Baseado neste depoimento da professora e com a aplicação de questionário deu-se sequência ao trabalho. No seu segundo momento, o trabalho se propõe, por meio de um planejamento participativo, definir estratégias e métodos para a consolidação dos caminhos, identificados na primeira etapa, possíveis para ampliar o uso da horta escolar como um espaço pedagógico para práticas de educação ambiental.

A horta escolar é muitas vezes entendida apenas como uma opção saudável de alimentação para os alunos da escola, como um laboratório para as aulas de ciências, mas a proposta é ir além. Percebe-se que muitas das hortas escolares acabam antes mesmo de surtir os efeitos esperados. A escola não consegue ter de fato uma metodologia de manejo, de sustentabilidade, tanto do ponto de vista do cuidado com os vegetais, quanto no modo de produção.

É possível se ter uma horta na escola, obter alimentos de qualidade suplementando o cardápio e ainda utilizar o espaço da horta para desenvolver ações de

educação ambiental, levando a comunidade escolar a ver naquele cantinho verde, um espaço de aprendizado, no cuidado, por exemplo, com a água utilizada para aguá-la, no modo de controle das pragas, no reaproveitamento do que não vai para a alimentação, etc.

Por fim o “meio ambiente” é entendido aqui como um espaço físico e simbólico, o que leva trabalhar a horta na escola não de forma restrita a produção só de bons alimentos, mas cultivando-os de maneira a proteger o meio ambiente, estudando os componentes biológicos e ecológicos, incluindo na ideia de “meio ambiente” o processo histórico, os aspectos socioculturais e político-econômicos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PROCESSO EDUCATIVO

Temos como marco histórico da educação para o meio ambiente a “Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente humano”, em Estocolmo, 1972. A partir de uma recomendação dessa conferência, a Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura (UNESCO) e o programa das nações para o meio ambiente (PNUMA) lançaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) em 1975.

Embora já se vislumbrasse, antes disso, algumas tentativas de promover uma educação para o meio ambiente surge oficialmente contexto como uma das possíveis respostas para os chamados problemas ambientais. Assim como o Estado criou instituições para gerir o meio ambiente, as escolas, que também são instituições sociais, passaram por recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) a incorporam o adjetivo ambiental, sobretudo a partir da década de 1980 (BRUGGER, 2004).

Segundo Serrano (2003), a problemática ambiental é uma das principais preocupações da sociedade moderna. Com isso, tem-se desenvolvido várias iniciativas que visam minimizar ou reverter o processo de degradação do meio ambiente. Uma dessas iniciativas é a educação ambiental a qual as instituições de educação básica têm buscado; gradativamente inserirem em seu currículo, como meio de formar cidadãos conscientes e comprometidos com as principais preocupações da sociedade.

No Brasil, a educação ambiental foi regulamentada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabelece e define seus princípios básicos, incorporando oficialmente a educação ambiental nos sistemas de ensino (BRASIL, 1999).

E no seu artigo 2º diz: "A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal".

Esta mesma Lei Federal nº 9.795, em seu artigo 4º reforça o caráter interdisciplinar da educação ambiental, como uma prática que deve considerar além do aspecto ecológico, uma concepção de ambiente em sua totalidade, as relações de interdependência entre o meio natural, socioeconômica e cultural sob o aspecto da sustentabilidade.

De acordo com Fernandes (2005), o Ministério da Educação considera importante que se estabeleçam novos modelos educacionais. Estes devem integrar saúde, meio ambiente e desenvolvimento comunitário através de programas interdisciplinares. Para atingir essas metas a horta escolar, e a relação desta com a participação comunitária, se torna um eixo articulador com ricas possibilidades de atividades pedagógicas.

Segundo Mello (1996), a educação ambiental surgiu como resultado da preocupação em preservar e restaurar o meio violentamente agredido pelo “progresso desenfreado”. Ao longo de sua história, a educação ambiental passou e ainda passa por um processo de remodelação, no qual novos objetivos vão sendo acrescentados e diferentes definições são construídas, constituindo um território complexo e paradoxal, já que envolve diferentes áreas de trabalho e propostas contraditórias numa variada gama de ações.

Além disso, deve-se ficar atento ao fato de que meio ambiente não se refere apenas ao meio natural, mas também ao homem e toda e toda sua produção, atribuindo a ele outras características. Assim meio ambiente pode ser considerado como um lugar definido e /ou percebido onde os aspectos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em constante interação (REIGOTA, 2001).

Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade. A partir do momento em que o homem se conscientiza de que ele também é natureza, a noção de dominação do ser humano sobre o meio perde o sentido e o homem passa a se sentir mais responsável pelo ambiente e suas ações e valores passam a ser questionados e analisados.

A educação ambiental, por sua vez, pode ser utilizada como uma ferramenta importante para o alcance deste objetivo coletivo, desde o processo de conscientização até as mudanças de atitudes necessárias. Os primórdios de discussão sobre o tema conceituaram educação ambiental como elemento integrador dos sistemas educativos de que dispõem a sociedade, para fazer com que a comunidade tome consciência do fenômeno do desenvolvimento e de suas implicações ambientais (KRASILCHIK, 1986).

De acordo com os resultados da conferência de Tbilisi (1977), educação Ambiental é um processo que, sobretudo, encoraja a uma mudança de valores, atitudes e hábitos que permitem a elaboração de um código de conduta no que diz respeito às questões relacionadas com o meio ambiente.

POR QUAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

Conforme Guimarães (2007) a educação ambiental tem duas vertentes. A educação ambiental tradicional ou conservadora define-se por ser a corrente hegemônica, possuir uma visão mecanicista e utilitarista da ciência, simplifica os fenômenos complexos da realidade, além de não poder ou não querer revelar as relações de poder que estruturam a sociedade atual (luta de classes, relações de gênero, identidade, minorias étnicas e culturais, relação norte-sul). E ainda na sua concepção esta educação ambiental tradicional não tem como promover mudanças essenciais para a superação da atual crise ambiental.

A segunda vertente é a educação ambiental crítica, que ele define como contra-hegemônica e interdisciplinar, que se apropria da teoria da complexidade para análise da crise socioambiental, além de desvelar as relações de dominação que constituem a atual sociedade. Assim, a educação ambiental crítica traz dentro de sua práxis uma perspectiva de transformação social, pois em sua análise expõe as causas e não apenas as consequências dos atuais problemas socioambientais.

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causada e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma educação política (GUIMARÃES, 2007, p.17).

Segundo ainda Guimarães (2007) a proposta de uma educação ambiental crítica, está há pelo menos 20 anos estruturando sua teoria e prática, com o objetivo de questionar a educação ambiental conservadora, pouco emancipatória e que vem sendo realizada nas escolas.

Em geral a educação ambiental conservadora é a hegemônica, possui uma visão mecanicista da ciência, simplifica e reduz a complexidade dos problemas socioambientais e é pautada em ações comportamentalista, individualizantes e mitigadoras.

Como resultado do progresso e desenvolvimento alcançados pela humanidade, a educação ambiental emerge com a função de possibilitar a preservação e proteção do meio que foi altamente alterado pela atividade modernizadora do homem. Sugerindo

um repensar a educação ambiental na ótica dialética, por meio da práxis. Segundo Freire (1996) “a práxis é a teoria do fazer” é a ação-reflexão e reflexão-ação e se dão simultaneamente.

A educação ambiental crítica, se mostra como uma proposta crítico-reflexiva, em relação à educação ambiental conservadora. Percebendo “a práxis como aquilo que incessantemente pretende fazer a relação Teoria e Prática, que não somente aceita este movimento, como o estimula e que busca o novo” (BOMFIM, 2008, p.5).

Pela lei nº 9.785, de 17 de abril de 1999, que dispõe sobre educação ambiental, esta deverá ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, além disso, não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Para tanto a dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas, e os professores em atividade deverão receber formação complementar dos princípios e objetivos da política nacional de Educação Ambiental.

Conforme diz Medina (1994), a inclusão da educação Ambiental no currículo das séries iniciais da forma transversal, tal como é indicada parâmetros curriculares do MEC (PCNs, Convívio Social, Ética e Meio Ambiente), implica na introdução de um processo de inovação educativa que envolve tanto professores como alunos e comunidade, ou seja, o conjunto do coletivo escolar.

Para que essa inovação educativa se realize na prática, é importante que projetos de educadores ambientais venham a subsidiar teorias e metodologicamente os professores do ensino formal de modo a orientar a elaboração da inserção curricular de Educação Ambiental.

Na tentativa de trabalhar a educação ambiental a linha conservacionista funde a ideia de meio ambiente com a de natureza e desassocia o humano deste meio natural. Traduzido por Brügger, (1994, p. 35), a educação conservacionista é: “aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo homem”.

A vertente comportamentalista de acordo com Loureiro (2005) - a educação é entendida: em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas; o foco na redução do consumo de bens naturais, descolando essa discussão do modo de produção que a define e situa; baixa problematização da realidade e pouca ênfase em processos históricos.

Na vertente socioambiental o meio ambiente é conceituado das relações sociedade/natureza, visto como o espaço onde o homem vive e do qual ele também é parte integrante. Nesta linha o meio ambiente é dinâmico e enraizado, gerado e

construído pela sociedade no seu processo histórico de ocupação e transformação do espaço.

Analisando estas vertentes, conclui-se que existem algumas semelhanças e complementariedade entre elas, porém são claras algumas diferenças: na proposta conservacionista o dualismo cartesiano é presente, muito embora ela tente transpor a ética antropocêntrica, mas a sociedade e a natureza são vistas separadamente. O que não ocorre com a linha socioambiental, pois o meio ambiente é fruto das relações entre sociedade/natureza (SENAC, 2012).

O processo histórico, bem como os aspectos socioculturais e político-econômicos não são priorizados pelo conservacionismo, mas é totalmente levado em consideração na linha socioambiental. E como uma terceira diferença podemos citar o caráter individual, baseado em vivências práticas que surge destacado na linha comportamental e que dá o tom da educação ambiental nesta vertente.

A educação ambiental deve proporcionar ao homem a oportunidade de conhecer-se como cidadão; estimular, propiciando ao outro, a mesma condição; reconhecer no mundo o mundo de todos; caracterizar o tempo e espaço de todos como sendo os mesmos; admitir que as gerações futuras devem ter a qualidade de vida que merecem. Para isso, é necessário que se julguem os homens iguais, em tempo e lugar, com as mesmas necessidades essenciais e referenciais que permitam a consciência e responsabilidade das alternativas das posturas, as relações ambientais que indiquem a atuação de um sujeito realmente ético, no meio em que vive (OLIVEIRA, 1999, p.62).

Concluindo, a educação ambiental tem que perceber e promover transformações mais profundas e permanentes problematizar a realidade dando ênfase aos processos históricos utilizando estratégias que considerem o meio ambiente como um espaço físico e simbólico. E o seu discurso não é homogêneo (SENAC, 2012).

Com relação à educação ambiental crítica ainda é uma vertente pouco conhecida. Talvez, seja a forma mais eficaz de incentivar a formação do cidadão capacitando-o a realizar reflexões sobre seu mundo e a interferir no mesmo.

O ESPAÇO PEDAGÓGICO

A comunidade internacional estimula o surgimento da educação ambiental nos mais variados espaços que educam os cidadãos: parques e reservas ecológicas; associações de bairro; sindicatos; universidades; meios de comunicação de massa, como nos alerta Reigota (2001).

No ensino formal, as regras são claras, e fazer diferente nos faz sentirmos

culpados de não estar fazendo como, todo mundo faz. Daí a importância de termos educadores críticos e conscientes do seu papel como transformador social, de enfrentar as inúmeras caixinhas que nos dão como receitas prontas para alimentarmos uma sociedade sem a real situação da realidade. Mas dentro deste deserto podemos encontrar um Oasis, onde podemos ser ouvidos e experienciar novos desafios, é o que nos diz Paulo Freire:

No momento em que os indivíduos, atuando e refletindo, são capazes de perceber o condicionamento de sua percepção pela estrutura em que se encontram sua percepção começa a mudar, embora isto não signifique ainda a mudança da estrutura. É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada. Que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho; a acomodação a ela. É algo importante que a percepção ingênua da realidade vá cedendo seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se, que o fatalismo vá sendo substituído por uma crítica esperança que pode mover os indivíduos a uma cada vez mais concreta ação em favor da mudança radical da sociedade (FREIRE, 1981 p. 33).

Os projetos de educação ambiental no âmbito escolar correm o risco de reproduzir sempre o que já foi feito ou o que se tem pré-concebido. A horta no espaço escolar na maioria dos casos se concentra na matéria de ciências por se tratar de seres vivos e as demais matérias não se sentem parte desse projeto. Isso é resultado, sabemos de uma educação fragmentada que nos diz a todo tempo o que se deve ou não ser feito o que é correto e o que é incorreto.

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas varias formas de sua ação reflete a sua situação no mundo, em que se constitui (FREIRE, 1987 p.49).

A construção da horta, figura 1, pode possibilitar o estudo da dinâmica de fenômenos naturais, bem como o estudo das relações estabelecidas entre os elementos componentes da horta, de acordo com Kaufman e Serafini (1998). E que a intervenção nas escolas, por meio da horta escolar, remete para questões ligadas à educação ambiental, enfoque de ensino que vem recebendo ênfase por parte de diversos pesquisadores (REIGOTA, 2001; MIRANDA; KLEIN; MUCCIATO, 2005).



Figura 1- Espaço para ampliar horta

Fotografia: Guilherme Calheiros

Para potencializar a contribuição do espaço da horta escolar para a educação ambiental, temos que atentar para o papel do educador. Paulo freire em seu livro pedagogia do oprimido 17º edição, fala da importância daquele que estar como um modelo a ser seguido, que tem o poder de conquistar, de influenciar. Todo educador precisa entender o quanto ele é um forte formador de opinião, se ele próprio não acredita no que ele prega, qual a visão de quem recebe.

Todo ato de conquista implica num sujeito que conquista e num objeto conquistado. O sujeito da conquista determina sua finalidade ao objeto, que passa, por isso mesmo, a ser algo possuído pelo conquistador. Este, por sua vez, imprime sua forma ao conquistado que, introjetando-a se faz um ser ambíguo (FREIRE, 1987, p. 78).

Inúmeras pesquisas vêm ressaltando o quadro preocupante da saúde alimentar da população, principalmente a saúde das crianças. A escola é uma ferramenta para a construção de programas de saúde. Os Parâmetros Curriculares Nacionais oferecem algumas propostas de trabalho na linha de alimentos.

Assim sendo, a horta escolar pode ser um dos meios que estimule a mudança de valores, atitudes e hábitos dos alunos, professores e, conforme e a dimensão da proposta de intervenção, mudar também o da própria comunidade em relação ao ambiente.

A horta escolar pode ser uma maneira de se alcançar esta mudança de valores, atitudes e hábitos com o ambiente. Transformar as crianças em produtores de alimentos é um grande no ensino de habilidades importantes para a vida. E engajando-as na atividade de plantar algo comestível, o professor estará demonstrando mais que um ato

elementar de sobrevivência; o professor estará firmando a importância e valor das crianças neste processo e dando a elas fortes razões para que aprendam a usar bem a terra agora e no futuro (NUTTAL, 2003).

A horta inserida no ambiente escolar pode contribuir sobremaneira na educação integral do aluno, pela diversidade de temas e que engloba diferentes áreas de conhecimento e pode ser ainda desenvolvida durante todo o processo educativo, sendo um rico espaço para soluções pedagógicas com situações reais, envolvendo educação ambiental e alimentar.

A horta inserida no ambiente escolar pode ser um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas em educação ambiental e alimentar unindo teoria e prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem e estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos (MORGADO, 2006, p. 1).

A escola precisa preparar não só o espaço pedagógico para atender as necessidades do seu educando e educador. Muitas vezes se pensa muito no aluno e se esquece do educador, que necessita ser ouvido e ser preparado:

Os objetivos, os conteúdos e as formas de avaliação devem ser coerentes com as propostas da Educação Ambiental para o ensino fundamental e permitir a discussão de conceitos complexos, como educação, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, sistemas complexos ambientais, problemas e potencialidades ambientais, entre outros. Todos os conteúdos devem ser contextualizados espacial e temporalmente, e a ênfase deverá colocar-se nas inter-relações dinâmicas entre eles, a fim de gerar formas de pensar diferentes para uma compreensão linear dos processos históricos envolvidos nas questões ambientais, visando à construção de novas formas de entender a ciência e o saber popular como instrumentos para a transformação do mundo. (MEC; SEF. Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental, MEDINA, A formação dos professores em Educação Ambiental, 2001, p. 20).

A escola de educação básica Guilherme Calheiros fica em Flexeiras, antigo distrito subordinado ao município de São Luís do Quitunde. Situado na Microrregião da Mata Alagoana. A sede do município tem uma altitude de aproximadamente 78m e coordenadas geográficas de 09°16'22,8" de latitude sul e 35°40'07,0" de longitude oeste. O clima é do tipo Tropical Chuvoso com verão seco. O período chuvoso começa no outono/inverno tendo início em dezembro/janeiro e término em setembro. A precipitação média anual é de 1.309,9mm.

A maioria das doenças na comunidade ainda está relacionada a doenças não transmissíveis, ou seja, evitáveis, vinculadas ao estilo de vida e aos maus hábitos

alimentares. Mesmo com as ações promovida pela secretaria municipal de saúde do município voltado para atividades físicas e alimentação saudável parece que essas ações não conquistaram ainda o público escolar.

A escola municipal de educação básica Guilherme Calheiros, tem 2.080 (dois mil e oitenta) alunos do ensino fundamental I e II e ensino médio. É uma escola de referencia do município, pois é a única escola de ensino fundamental II de 6º ao 9º ano, a maioria dos alunos vem de famílias que vivem com renda entre 01 a 02 salários mínimos.

A escola dispõe de outra área descampada adjacente ao pátio menor na qual já foi feita experiência com uma horta escolar (Figura 2) com apoio da prefeitura municipal. O cardápio da escola fornece alimentos como: frutas, legumes, cereais etc., mas ainda se observa um grande consumo de refrigerantes, frituras e muitos doces entre a comunidade escolar.



Figura 2 - Espaço de experiência com a horta na escola

Fotografia: Guilherme Calheiros

Diante dos resultados da pesquisa e entrevista ficou evidente que a comunidade escolar entende que a horta é muito importante para o espaço escolar, sendo uma forma de envolver os familiares nas atividades de educação ambiental na escola e fora dela.

A totalidade, 100% dos entrevistados, mostra que estes entendem como muito importante à horta escolar, além disso foi captado em conversas informais que eles acham que deveria produzir alimentos saudáveis, que complementassem a merenda.

Foi revelado que todos entrevistados (100%) acreditam que quando for ampliado o uso do espaço da horta para mais atividades pedagógicas o envolvimento das pessoas nas atividades ambientais acontecerá, tanto para os alunos e seus familiares quanto para os professores e os demais profissionais da educação.

A horta escolar também foi vista como espaço de aprendizagem, interdisciplinar e transversal e este aprendizado tem relação direta com as questões ambientais.

Além das evidências de que a horta para a comunidade escolar deveria ser mais explorada, as respostas indicaram como deveria ser a exploração, quando todos sem exceção, 100% dos entrevistados concordaram com a ideia de que o espaço da horta escolar está intimamente ligado o processo de ensino/aprendizagem.

A revelação é que todos os 100% dos entrevistados, este foi o percentual de ambos os gráficos, fazem uma grande relação do processo de ensino/aprendizagem com as questões ambientais, ou seja, é possível trabalhar a AEee com muito mais propriedade no espaço da horta escolar.

A comunidade escolar se sente em parte preparada para trabalhar com horta escolar, mas entende que são necessárias palestras; oficinas e dias de campo, para um melhor aproveitamento das potencialidades com o novo olhar da educação ambiental. Conforme revelam os gráficos 1 e 2.

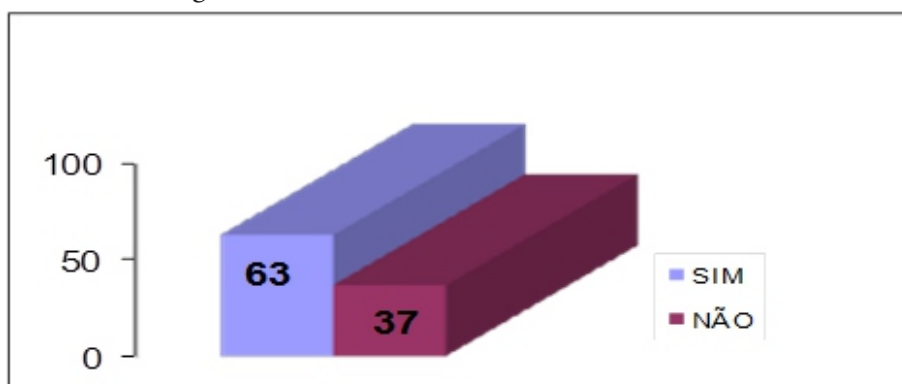


Gráfico 1 - A comunidade escolar está preparada para trabalhar a horta escolar

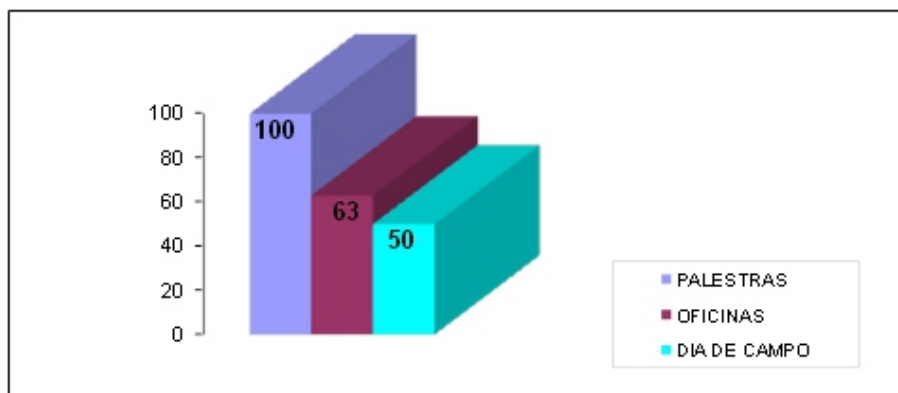


Gráfico 2 - O que fazer para envolver a comunidade escolar no processo da horta?

A comunidade escolar estava dividida no momento da aplicação do questionário, no que se refere a se sentir preparada para trabalhar as questões ambientais no espaço da horta escolar, o gráfico 1 que mostra 63% e não a totalidade, disse que sim, sentiam-se preparados.

Este dado não foi entendido como negativo, nem pela própria comunidade, visto que os demais que não se sentiam preparados se mostraram sensíveis e querendo “capacitação” neste sentido. Reforçando outro resultado, o da educação continuada em educação ambiental e boas práticas agrícolas.

A comunidade se revelou a favor de se trabalhar a horta de uma forma mais ampla. Como foi visto nem todos se sentiam preparados, mas o gráfico 2 mostra: 100% querem palestras; 63% querem oficinas e 50% dias de campo, confirmando o total interesse não só em trabalhar a horta como dizendo que estas estratégias e métodos são importantes, envolventes e que a comunidade escolar aceita participar.

Segundo os entrevistados a ideia anterior e reducionista de que a horta escolar é só para se retirar alimentos foi desmistificada. Para eles os produtos da horta além de serem utilizados na suplementação da merenda escolar, agora com espécies adequadas ao nosso clima, a horta deve ser palco para práticas de outras matérias escolares e também promover através dos próprios cuidados diários com a horta, levar os alunos a exercer responsabilidades no espaço escolar. Conforme revela o gráfico 3.

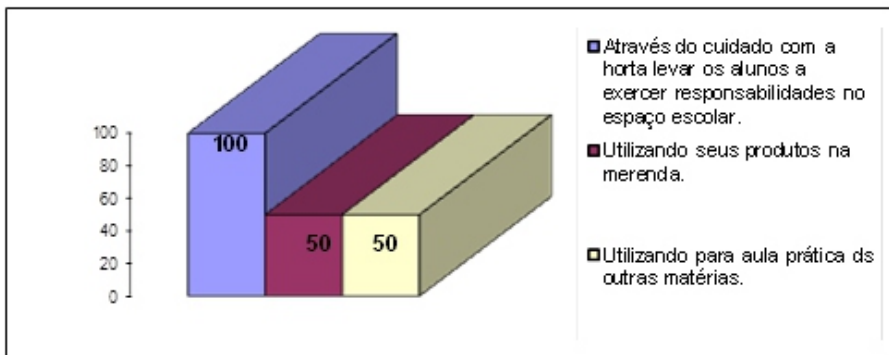


Gráfico 3 - Como ampliar as atividades da horta?

Quanto às atividades que a horta pode proporcionar segundo indica o gráfico 3, 100% dos entrevistados disseram que o processo da horta leva os alunos a exercer mais responsabilidades no próprio espaço escolar, contribuindo assim para ampliar a consciência do ambiente escolar e sua relação com o meio ambiente como um todo. 50% percebe que a horta colabora no cardápio da merenda escolar e 50% concordam ser a horta escolar espaço para aulas práticas de outras matérias.

Como resultado final, a comunidade escolar após reuniões de trabalho definiu que é necessário elaborar um programa nutricional tanto para ser praticado na escola quanto para ser incorporado no dia a dia familiar e destacou ainda a necessidade de trabalhar a educação continuada com a comunidade escolar em educação ambiental e boas práticas agrícolas, alicerçadas nos princípios da agroecologia. Como aponta o gráfico 4.

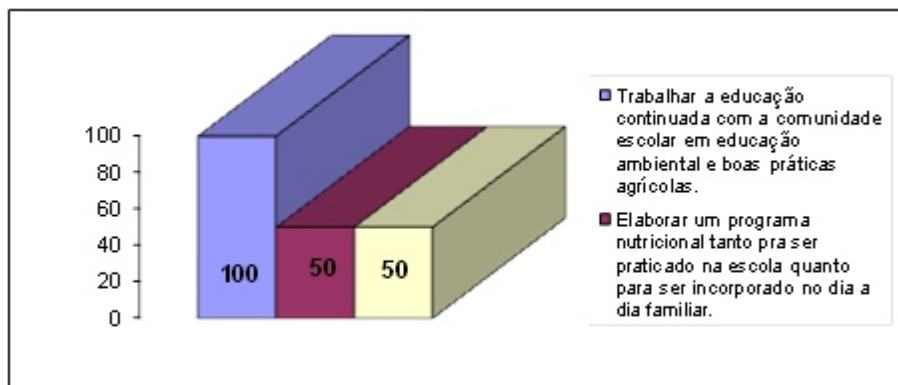


Gráfico 4 – programa nutricional e educação continuada

Os interesses da comunidade escolar em ampliar o uso do espaço da horta escolar foram priorizados em: 100% dos entrevistados definiu trabalhar a educação continuada com a comunidade em educação ambiental e boas práticas agrícolas.

Com relação às boas práticas agrícolas soma-se mais 50% de interesse com um foco mais apurado e propõe utilizar métodos sustentáveis: agroecológicos. Completando as prioridades e não menos importante, o gráfico 4 ainda nos indica o interesse de se elaborar um programa nutricional, tanto para ser praticado na escola quanto par ser incorporado no dia a dia familiar, este também era um desejo da comunidade escolar e que vem reforçar a importância e a diversidade de AEee no processo educacional.

Identificar possibilidades de se trabalhar a horta escolar de forma diferente e de certo ponto inovadora para os costumes locais fez clarear outra dimensão de se obter alimentos. Com a possibilidade de se praticar a educação ambiental neste espaço amplia-se não só o uso do espaço como se insere a percepção social e a noção da importância do trabalho coletivo.

Após a leitura do uso da horta escolar e das necessidades da comunidade escolar foi verificado que é possível se ter na horta bons alimentos e ainda utilizar o seu espaço para desenvolver ações de educação ambiental. O desejo expresso da comunidade escolar em querer que os produtos da horta escolar fizessem parte de um programa nutricional, foi considerado importante para consolidação da nova visão de se desenvolver a AEee.

Este desejo é também fruto de reuniões com o corpo docente, daí surgiu à necessidade de se elaborar uma proposta de intervenção.

A proposta de intervenção foi construída em conjunto com atores da comunidade escolar a ser apresentada para apreciação na secretaria municipal de educação e visando a sua aplicação no próximo ano letivo. Ela carrega em si outros anseios detectados na pesquisa, dos quais sugeriram um plano de ação com diversas etapas e atividades, como apresentação do projeto, promoção de oficinas, promover hábitos de alimentação saudável por meio de palestras, manejo da horta escolar. Com as atividades de reunião com os atores envolvidos para apresentação e discussão do projeto, construção coletiva do cronograma de execução, manejo da terras e hortaliças, reunião com a nutricionista, manutenção da horta. Com a responsabilidade de professora de educação ambiental, técnico agrícola, nutricionista e grupo gestor.

Viver EAee também no espaço da horta escolar promove para a comunidade escolar possibilidades de se envolver de forma mais intensa e refletida com as situações do dia a dia. Estas possibilidades se dão por meio de uma vivência escolar ampliada, utilizando mais espaços pedagógicos dentro dos limites da própria escola, propiciando a todos mais chances de serem indivíduos comprometidos em promover um ambiente saudável.

Trabalhar a horta na escola cultivando-a como um espaço sustentável leva a EAee agregar aos componentes biológicos e ecológicos o processo histórico, os aspectos socioculturais e político-econômicos. Ampliando o conceito e a aplicabilidade da EAee, promovendo novas leituras das questões ambientais com um olhar mais contextualizado e crítico.

Todo educador precisa entender o quanto ele é um forte formador de opinião, se ele próprio não acredita no que ele prega, qual a visão de quem com ele dialoga? Diante desta constatação durante a realização da pesquisa, ficou clara a grande contribuição do trabalho para o engrandecimento dos autores, enquanto pesquisadores e também como educadores. A realidade escolar vivida é a realidade do meio rural e desta forma trabalhar o espaço da horta foi a linguagem que facilitou a práxis.

Trabalhar a EAee no espaço da horta escolar foi muito rico, devido a força que as questões do campo e da alimentação tem, não só no nosso dia a dia como cidadão, mas também como educador. Serviu ainda para reforçar o quanto a educação ambiental pode estar realmente presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, conforme a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no seu artigo 2º.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber que no espaço da horta poderia ser feito algo mais foi o ponto de partida e que levou a comunidade escolar ter uma nova visão da horta escolar. Neste sentido foi muito útil à participação de todos e as suas experiências.

Cada modo de ver, cada função deu uma grande e contribuição ao processo de se enxergar o espaço da horta escolar como um espaço de educação continuada dos profissionais da educação e principalmente como espaço pedagógico, elegendo a educação ambiental como tema motivador e, com as demais áreas, de forma participativa, fazer releituras de conceitos e construção de novos conhecimentos.

Os resultados da pesquisa mostram que a horta é um espaço que além de produzir alimentos, deve “preocupar-se”: com a proteção do meio ambiente; com o uso pedagógico do espaço e com a educação continuada dos profissionais da educação, pois estes também são mediadores no processo de educação ambiental.

Durante a realização do trabalho foi identificado alguns gargalos no desenvolvimento da pesquisa. Um deles foi com relação à visão do processo da educação ambiental, na escola, gerando no início da pesquisa um certo hiato e descompasso no ritmo do trabalho, devido a amplitude da educação ambiental proposta no curso de pós-graduação, SENAC 2012 e a visão da maioria da comunidade escolar. Quase sempre acomodada ao espaço “sala de aula”, para desenvolvê-la.

Outro obstáculo foi a dificuldade de adequação do cronograma do trabalho com o cronograma escolar, além das agendas e da distancia física entre as residências e os respectivos trabalhos de cada um dos pesquisadores.

Por fim, foi extremamente válido trabalhar a horta escolar como espaço pedagógico e não apenas como um simples espaço de produção de alimentos, mas entendendo e cultivando cada espécie de forma saudável, observando a relação de interdependência que existe na natureza de maneira a proteger o meio ambiente. Assim a EAe além dos componentes biológicos e ecológicos passa a considerar o “meio ambiente” como um espaço físico e simbólico.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, A. M. Trabalho, Meio Ambiente e Educação: apontamentos à Educação Ambiental a partir da Filosofia da Práxis. In: **XIV ENDIPE**, 2008, Porto Alegre. XIV ENDIPE. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008 p.1-14

BRASIL. **Lei no 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: tema transversal meio ambiente e saúde. Brasília: MEC. SEF, 1997.

BRUGGER P. **Educação ou adestramento ambiental?** 3.ed. Florianópolis: Argos, 2004.

BRÜGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

FERNANDES, M. C. A. **A horta escolar como eixo gerador de dinâmicas comunitárias, educação ambiental e alimentação saudável**. Projeto PCT/BRA/3003. Brasília: FAO/FNDE/MEC.2005. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/alimentação>. Acesso em 26 de dezembro de 2012.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5º Ed. Rio de Janeiro, paz e terra. 1981.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17º. Ed. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25º. Ed. São Paulo. Paz e terra, 996. (coleção leitura)

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2007, 171 p. (Coleção Papirus Educação)

KEMMIS, S.; MCTAGGART, R. **Como planificar la investigación-acción**. Barcelona: Editorial Alertes, 1988.

KRASILCHIK, M. **Educação ambiental na escola brasileira: presente, passado e futuro**. Ciências e cultura, 1986.

LOUREIRO, C. F. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, vol.26 no.93. Campinas: sept./dec. 2005.

MEC; SEF. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental** / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: 2001.149 p.: II

MEDINA, N. **Educação ambiental: uma nova perspectiva**. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Universidade Federal do Mato Grosso, 1994. (Serie cadernos pedagógicos).

MELLO, C. M.; TRIVELATO, S. **Concepções em Educação Ambiental: II Encontro Nacional de pesquisa em Educação em Ciências**, São Paulo-SP. 1996

MIRANDA, P. N.; KLEIN, T. A. S.; MUCCIATO, M. Horta Escolar: Uma Experiência de Educação Ambiental na Barra do Superagui, PR. In: **Atas do V Encontro Nacional de**

Pesquisa em Educação em Ciências, Bauru-SP, 2005.

MORGADO, F. S. **A horta escolar na educação ambiental e alimentar**: experiência do Projeto Horta Viva nas escolas municipais de Florianópolis. Florianópolis (SC), 2006.

NUTTAL, C. **Agrofloresta para crianças**: Uma sala De Aula ao Ar Livre. Instituto de permacultura da Bahia, 1999.

OLIVEIRA, A. S. D. **Resíduos culturais**. Rio grande: Edição Independente, 1999.

PCN. **Parâmetros Curriculares Nacionais** - meio ambiente saúde. Brasília 1997.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SERRANO, G. P. **Pedagogia Social-Educacion Social**, Construccion científica e intervencion práctica. Madrid: Narcea, S.A, 2003.

SERRANO, A. M. L. **Educação ambiental e consumismo em unidades de ensino fundamental de Viçosa**. Dissertação (mestrado em ciências florestal) universidade federal de viçosa: UFV, 2003.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação)

UNESCO. **Educação ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: IBAMA. MMA, 1997.